

**PROCESSO** - A. I. Nº 200571.0019/11-6  
**RECORRENTE** - ELSON NEVES DE OLIVEIRA (MERCANTIL ALIMENTOS)  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 3ª JF nº 0092-03/12  
**ORIGEM** - IFMT - DAT/SUL  
**INTERNET** - 11/10/2012

### 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO CJF Nº 0319-11/12

**EMENTA:** ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. ESTABELECIMENTO NÃO INSCRITO. [MERCADORIAS SEM NOTA FISCAL.] LANÇAMENTO DO IMPOSTO. É legal a exigência do imposto do detentor das mercadorias em situação irregular, atribuindo-se-lhe a condição de responsável solidário, por ter adquirido mercadoria de terceiro desacompanhada de documentação fiscal. Fato reconhecido pelo contribuinte ao requerer o parcelamento parcial do débito. Corrigidos erros do lançamento. Mantida Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra o Acórdão JF Nº 0092-03/12 da 3ª Junta de Julgamento Fiscal que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 21/11/2011, tendo sido imputado à autuada o cometimento da seguinte infração: *“falta de recolhimento de ICMS decorrente de estocagem de mercadorias em estabelecimento não escrito no cadastro de contribuinte do Estado da Bahia”* e acrescentou: *“além de armazenadas em depósito clandestino, as mercadorias encontravam-se desacompanhadas de documentação fiscal de origem”*. Foi lançado ICMS no valor de R\$ 68.034,34, com multa de 100%.

O contribuinte defendeu-se (fls. 22/24) alegando, de forma sucinta, apenas que o fiscal se equivocou em relação aos seguintes produtos:

1. Chicletes Bola 20x320g Gang - 1.560 pct, afirma que foi considerado na apuração da base de cálculo o preço de R\$ 50,00 que equivale ao da caixa, que contém 20 pacotes. O preço do pacote seria R\$ 2,50. Refez os cálculos para este item encontrando como débito R\$ 795,60, ao invés dos R\$ 9.547,20 lançados no auto.
2. Refresco Pó 12x60x1 Docilli, - 1.260 pct, também considerou o preço equivocado, devendo ser aplicado os mesmos R\$ 2,50. Recalculando o imposto com este valor, redundaria em R\$ 642,60, no lugar de R\$ 7.402,75 do auto.
3. Raízes Amargas para Tudo – informa que a alíquota que deve ser aplicada a este produto é de 17% e não a de 25% que foi utilizada. Neste caso, o valor do débito seria, para este produto, de R\$ 2.595,52

Por final, sustenta que retificando os valores com os números acima apontados o débito remanescente seria de R\$ 50.995,80.

Na informação fiscal, fls. 40/47, foi esclarecido que o levantamento referente aos itens Chicletes Bola 20x320g Gang e Refresco Pó 12x60x1 Docilli foi tomado como unidade caixas e que, por equívoco, foi registrado na declaração de estoque como unidade pacote. Afirma que apesar do erro no documento, o autuado acompanhou o levantamento e tinha conhecimento que as embalagens dos citados produtos eram caixas.

Para comprovar que as mercadorias eram comercializadas em caixas e não pacotes, afirma que efetuou consulta a outra empresa atacadista do mesmo segmento, sendo informado através de e-mail, cuja cópia anexou, fl. 44, que o chiclete de bola Gang com especificação 20x320 gramas possui unidade de embalagem em caixa e que o preço de venda para o mesmo é R\$ 60,00; Para o

refresco em pó Docille com especificação 12x60x1, também possui embalagem de caixa e o preço de venda é R\$ 39,60.

Aduz que efetuou, ainda, consulta ao sistema de Nota Fiscal Eletrônica, sendo observado através de uma NF-e, emitida pelo fabricante do produto chiclete Gang, com cópia anexa, fl. 45, comprovando que a unidade e embalagem do chiclete 20x320g é CAIXA.

Quanto à alegação do autuado relativo a aplicação da alíquota de 25% ao produto Raizes Amargas para Tudo, quando deveria ser 17%, reconhece o erro e refaz os cálculos, apontado como novo valor devido R\$ 2.595,53, conforme tabela abaixo.

Mercadoria	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor tot.	MVA	Base de cálculo	Alíq.	ICMS devido
Paratudo Raizes Amargas	Cx	251	37,00	9.287,00	64,40%	15.267,83	17%	<b>2.595,53</b>

O processo foi a julgamento, tendo a 3ª JF decidida a lide como segue:

*O crédito tributário em discussão cuida da falta de recolhimento de ICMS decorrente de estocagem de mercadorias em estabelecimento não inscrito no cadastro de contribuintes.*

*O contribuinte pediu parcelamento, reconhecendo parte da dívida – na sua versão o imposto devido seria de R\$ 50.995,80.*

*Quanto às questões suscitadas pela defesa, o fiscal designado para prestar a informação reviu os cálculos e corrigiu os erros do lançamento, reduzindo o valor do imposto para R\$ 66.507,56 (fl. 43).*

*A existência de estabelecimento sem inscrição estadual pode configurar três situações: 1) descumprimento de obrigação acessória; 2) havendo mercadorias em estoque, caso haja Notas Fiscais, exige-se o imposto a título de antecipação tributária relativamente às futuras operações, com MVA, abatendo-se o crédito dos documentos apresentados; 3) havendo mercadorias em estoque desacompanhadas de Notas Fiscais, exige-se o imposto do detentor das mercadorias em situação irregular, atribuindo-se-lhe a condição de responsável solidário, por ter adquirido mercadoria de terceiro desacompanhada de documentação fiscal. No presente caso, pelo que consta nos autos, trata-se da terceira situação.*

*Não consta qual o endereço onde estaria funcionando o estabelecimento irregular. Embora a acusação seja de que havia mercadorias em estoque em estabelecimento “não inscrito” no cadastro de contribuintes, noto que, estranhamente, o Auto de Infração foi lavrado em nome de contribuinte que tem inscrição cadastral.*

*Deixo de entrar no mérito acerca dessa suposta “fiscalização de trânsito” por Agentes de Tributos em estabelecimento inscrito – questão de competência para a lavratura de Auto de Infração, porque o contribuinte pediu parcelamento, reconhecendo parte da dívida – na sua versão o imposto devido seria de R\$ 50.995,80. O contribuinte já pediu parcelamento do débito de R\$ 50.000,00. Falta providenciar a liquidação da parte remanescente.*

*Tendo em vista que o contribuinte, ao pedir o parcelamento, reconheceu o débito, acato o resultado da revisão. A repartição homologará os valores já pagos.*

*Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.*

Inconformada com a Decisão da 1ª Instância, o contribuinte apresentou Recurso Voluntário, fl. 64, onde, em um parágrafo, reafirma a existência de equívocos nos preços indicados para os produtos Chicletes Bola 20x320g Gang e Refresco Pó 12x60x1 Docilli e sugere que o fisco faça uma pesquisa em qualquer estabelecimento comercial para verificar a exatidão das informações prestadas.

## VOTO

A questão controversa deste processo é avaliar se os produtos Chicletes Bola 20x320g Gang e Refresco Pó 12x60x1 Docilli são comercializados em caixa, como afirma o autuante, ou em pacote, como contesta o recorrente.

Na informação fiscal foram anexados e-mails de empresa que comercializa os itens, bem como cópia de nota fiscal da fabricante dos produtos confirmando ser caixa a unidade utilizada na comercialização. O recorrente, por sua vez, contesta esta informação, sem carrear ao processo prova capaz de elidi-la. Diz simplesmente que o Fisco poderia confirmar o que ela afirma em qualquer estabelecimento comercial.

Vê-se que o próprio recorrente poderia anexar notas fiscais de compras anteriores, ou mesmo material publicitário que pudesse socorrê-la em comprovar tão comezinho fato.

Como é cediço, a simples negativa de fato, ou informação, não tem o condão infirmá-lo, salvo se acompanhada de prova documental que lhe dê suporte, até porque, o valor mencionado pelo recorrente de R\$ 2,50 para os dois itens, mesmo na unidade pelo pacote, parece-nos irreais para realidade do mercado.

Isto posto, somos pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário, por não merecer reparo a Decisão de 1ª Instância.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **200571.0019/11-6** lavrado contra **ELSON NEVES DE OLIVEIRA (MERCANTIL ALIMENTOS)**, devendo o recorrente ser intimado a efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$66.507,56**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “j”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologadas as quantias já pagas.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de setembro de 2012.

RUBENS BEZERRA SOARES - PRESIDENTE/RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUS BALEEIRO COSTA – REPR. DA PGE/PROFIS